

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA COM O USO DAS TIC**

Taysa Kawanny Ferreira Santos

**A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008**

Arapiraca
2015

Taysa Kawanny Ferreira Santos

**A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Especialista em Estratégias didática para a Educação Básica, com o uso da TIC.

Orientador: Prof. Dr. Luis Paulo Leopoldo Mercado

Arapiraca
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA COM O USO DAS TIC

FOLHA DE APROVAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO

ALUNO (A): TAYSA KAWANNY FERREIRA . SANTOS

TÍTULO: UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008.

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Estratégias Didáticas na Educação Básica com o Uso das TIC do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a): **Professora Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado**

Artigo Científico defendido e aprovado em 05 / 12 / 2015.

Comissão Examinadora

Examinador/a 1 – Presidente

Examinador/a 2

Examinador/a 3

A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº11.645/2008

Taysa Kawanny Ferreira Santos
taysakawanny2011@hotmail.com.br
Prof. Dr. Luis Paulo Leopoldo Mercado
luispaulomercado@gmail.com

Resumo

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos professores da educação básica no cumprimento da Lei nº 11.645/2008 é a formação continuada, geralmente mediada por manuais à disposição no mercado editorial ou produzidos pelo Estado. Da mesma forma, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos autores desses manuais é a abordagem da experiência do tempo presente das sociedades indígenas, dadas as diferentes formas e níveis de interação entre índios e não índios, como também as representações essencialistas partilhadas por alunos e professores a respeito das identidades indígenas. Este trabalho investigou os alunos (as) na Rede Municipal de Ensino em Campo Alegre de que maneira as TIC tem possibilitado o trabalho a frente da referida lei a para que a temática indígena seja inserida no currículo escolar e no seu cotidiano

Palavras-chave: Ensino de História; História indígena; TIC.

ABSTRACT

One of the greatest difficulties faced by teachers of basic education in complying with Law 11.645 / 2008 is continued education, usually mediated by manuals available on the publishing market or produced by the State. Likewise, one of the greatest difficulties faced by the authors of these manuals is the approach of the present-day experience of indigenous societies, given the different forms and levels of interaction between Indians and non-Indians, as well as the essentialist representations shared by students and teachers Respect of indigenous identities. This work investigated the students in the Municipal Education Network in Campo Alegre how ICT has made possible the work ahead of the aforementioned law so that the indigenous theme is inserted in the school curriculum and in its daily life.

Keywords: Teaching History; Indigenous history; ICT.

1 INTRODUÇÃO

A escola é o lugar de construção, não só do conhecimento formal, mas também de identidades. A Lei nº. 11.645/2008, que determina a inclusão do ensino de História e Culturas Indígenas nos currículos na Educação Básica das escolas públicas e privadas brasileiras, tem o objetivo de promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade, que seja comprometida com o repensar da História do Brasil.

O ensino de História pode se beneficiar, na medida em que capacitam alunos, professores, a saber, selecionar e distinguir fontes de informações na internet e fazer com que os meios midiáticos se constituam num recurso didático e pedagógico a mais na medida em que fornece várias possibilidades de leitura.

A escola busca compreender as diversas maneiras como homens e mulheres vivem e viveram, como pensam e pensaram suas vidas e de suas sociedades nos diferentes tempos e espaços. As populações indígenas são formadas por atores sociais diversos, que possuem suas próprias histórias em seus próprios tempos e espaços. Estudar a temática indígena significa considerar essas diferentes formas de se relacionar com essas categorias–tempo e espaço. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) na escola continuam sendo instrumentos que fazem parte do processo ensino aprendizagem, uma vez que são utilizados no cotidiano de estudantes e professores/as em todo o Brasil. Podem ser uma das formas de inserção da temática indígena na escola. As TIC, capazes de revolucionar o aprendizado, vão desde a primordial escrita, se a entendermos como a primeira forma de comunicação à distância, que chegou ao livro impresso seguido pelo cinema, rádio, televisão, telefone. E chegamos ao fim do século XX com os sofisticados processos de digitalização dos dados e a sua transmissão veloz por cabos e satélites de comunicação de imagens e textos. Para breve, nos prometerem a TV digital com ricas possibilidades interativas.

Os avanços das TIC, a partir da globalização e do aumento da competitividade, contribuem para uma mudança significativa em termos das competências exigidas às pessoas.

Em 2008 foi promulgada a Lei n° 11.645, de 10 Março de 2008 que altera a Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*, para inserir no currículo escolar e no cotidiano de professores/as e estudantes o que está previsto em lei, contudo, deve-se compreender que a formação e os conhecimentos dos professores/as e estudantes sobre a realidade dos povos indígenas do Brasil e Alagoas são elementos necessários a discussão. Outro ponto a ser discutido é referente às políticas afirmativas no meio midiático com o uso das TIC para a implementação da referida lei.

Para Fonseca (2009, p.78) a prática pedagógica pode possibilitar a compreensão da história como uma construção de múltiplas leituras e interpretações de uma dada realidade. Nesse sentido, a sociedade aprende história nos diversos espaços. Na escola se produz conhecimentos específicos que busca ler, compreender e (re) escrever história, ou seja, têm como fonte de produção o conhecimento histórico.

Neste estudo investigaremos os professores na Rede Municipal de Ensino em Campo Alegre de que maneira as TIC tem possibilitado o trabalho a frente da referida lei a para que a temática indígena seja inserida no currículo escolar e no seu cotidiano.

O tema deste estudo foi a utilização das TIC na implementação da Lei nº 11.645/2008, que demonstra a necessidade em que a história busca compreender dimensões formativas, seus saberes além de sua importância na vida social e que por meio dos diversos atos educativos que compreendem a experiência humana, as tradições e os diversos valores apresentados por homens e mulheres que contribuíram em um processo educativo. Portanto, a questão midiática pode contribuir de forma significativa sendo uma das formas de construir os indígenas.

A questão central deste artigo é identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos da educação básica no cumprimento da Lei nº 11.645/2008 e observar de que maneira eles percebem os povos indígenas e quais as possibilidades de inserir a temática com o uso das TIC.

Os conceitos, as teorias e os conhecimentos não são verdades prontas, acabadas, eternas, estáticas, absolutas e incontestáveis. O conhecimento histórico é temporal, parcial e estará sempre em construção e em movimento. O conhecimento deve estar sempre aberto a novas leituras e interpretações (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009). Nesse sentido a história indígena deve ser considerada como movimento. Pensada a partir de suas permanências e transformações internas interagindo com outros grupos humanos, sem perder de vista suas especificidades. Os avanços tecnológicos mudaram por completo as relações até hoje estabelecidas entre o ser humano e o seu cotidiano. Esta reflexão objetiva discutir os avanços tecnológicos, em especial as TIC, cada vez mais frequentes dentro da prática pedagógica. O acesso a estas novas tecnologias é cada vez mais facilitado e hoje é difícil imaginar qualquer atividade realizada sem elas. Atualmente, a popularização do computador, da internet, das salas de multimídia, laboratórios e das salas-ambiente nas escolas, vêm configurando-se como um recurso poderoso no processo de ensino aprendizagem, tendo-se a perspectiva de que as novas tecnologias educacionais trarão mudanças ainda mais significativas às práticas pedagógicas.

Neste sentido, a proposta vai ao encontro da perspectiva de comunicação, de interação, de participação efetiva, de protagonismo. O processo de formação visa oportunizar a um contato com as TIC, mas não delimitando o que tem que fazer ou não, mas em parceria e cooperação, ensino e aprendizado por múltiplos caminhos, criando condições de um aprendizado regido pela curiosidade e autonomia, não somente a incorporação de novos

aplicativos tecnológicos, ditos como inovadores, solucionadores dos problemas dos docentes, mas sim como novos agregadores ao cotidiano dos professores, como recursos em aulas construtivas, em que professor e aluno se encontram no mesmo plano, como parceiros na construção do conhecimento.

A temática proposta teve apoio teórico metodológico nas contribuições de Levy (1993) e Fonseca (2009) com suas produções acerca da tecnologia e do ensino de história. A abordagem do ensino da história e da cultura indígena terá como base as produções de Silva e Silva (2013) e Ferreira (2009) que têm se preocupado com este campo de investigação como significativo na construção de conhecimento sobre os povos indígenas do Nordeste.

Foi realizado um projeto de intervenção na escola utilizando TIC nas aulas de História focando a educação indígena. Os sujeitos dessa pesquisa foram os professores e alunos do quinto ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães na Cidade de Campo Alegre. A intervenção da pesquisa foi feita através de oficinas, vídeos, análise de imagem na internet e consulta de site referente o tema usando as TIC, como possibilidade do processo de ensino aprendizagem.

A proposta de uso das TIC nas aulas de História focando a lei em estudo apresenta uma reflexão sobre de que maneira utilizar os recursos tecnológicos e o que se pretende atingir, a importância do uso pedagógico das TIC, de forma significativa, criativa e inteligente. Considerando-se um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, a inserção das tecnologias em sala de aula, utilizando-se de maneira adequada e significativa, questionando o objetivo que se quer atingir, levando-se em consideração o lado positivo e as limitações que apresentam.

O uso das TIC na educação possibilita o contato com diversas linguagens. No entanto, não podem ser vistas apenas como veículos de transmissão de informações, mas como poderosa ferramenta pedagógica, pois somente quando compreendê-lo poderá utilizá-lo para diferentes situações de aprendizagem, que envolvam desde procedimentos de problematização, observação, registro, documentação e até formulação de hipóteses.

2. EDUCAÇÃO INDÍGENA E A LEI N° 11.645/2008

A história busca compreender dimensões formativas assim como os seus saberes tem importância na vida social, é por meio dos diversos atos educativos que compreendemos a experiência humana, as tradições e os diversos valores apresentados por homens e mulheres que contribuíram em um processo educativo. A questão midiática pode contribuir para que os

alunos possam observar os povos indígenas no Brasil e principalmente em Alagoas. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos autores desses manuais é a abordagem da experiência do tempo presente encontrada muitas vezes nos livros didáticos das sociedades indígenas, dadas as diferentes formas e níveis de interação entre índios e não índios, como também as representações essencialistas partilhadas por alunos e professores a respeito das identidades indígenas. Este trabalho investiga as funções, estratégias, e conteúdos substantivos circunscritos à história indígena, prescritos pelos manuais de formação de professor, produzidos após a referida lei.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) podem ser utilizados como apoio pedagógico nos planejamentos e na reflexão da prática educativa. Indicam que os alunos devem ser instrumentalizados a posicionarem-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

As aulas de história, segundo os PCN, eram baseadas na memorização e na repetição oral dos textos escritos. Os materiais didáticos eram escassos, restringindo a fala do professor e aos poucos livros didáticos compostos segundo o modelo dos catecismos com perguntas e respostas, facilitando arguições. Desse modo, ensinar história era transmitir os pontos estabelecidos nos livros, dentro do programa oficial, e considerava-se que aprender história reduzia-se, a saber, repetir as lições recebidas.

Numa sociedade essencialmente tecnológica, na qual quase tudo é informatizado e a informação transita em tempo real, é essencial que a escola oportunize aos alunos o contato direto com as tecnologias. Segundo Bittencourt (2010, p.24):

As tecnologias sempre tiveram papel importante na organização das sociedades, na forma de interação entre o homem e a natureza, entre o homem e a cultura, particularmente as tecnologias da informação, ou seja, as tecnologias que permitem o armazenamento, a difusão e a elaboração de conhecimento.

A dinâmica da subjetividade fica estagnada quando a História é ensinada como algo certo, dado. O conhecimento histórico que é apreendido simplesmente pela recepção evita – em vez de promover – a habilidade de dar sentido à história, e de se orientar de acordo com a experiência histórica. A questão da história do Brasil na escola requer, portanto, um compromisso político cultural, para que a história nacional seja cuidadosamente estudada, que a seleção de conteúdos da história do Brasil seja central e prioritária e que se obedeça a critérios metodológicos e com fundamentação teórica rigorosa tanto no que se refere à historiografia quanto à pedagogia, para evitar-se um ensino dogmático e ideológico. No caso

das populações indígenas, os educadores e antropólogos têm-se preocupado com a permanência de visões deformadoras e incompletas sobre os povos indígenas.

A História se beneficia das possibilidades tecnológicas: desde a digitalização e disponibilização de fontes que durante muito tempo ficavam acessíveis a um pequeno grupo de pessoas, passando pela troca rápida de informações e de possibilidades de discussão em termos globais, até o acesso online de várias bibliotecas pelo mundo. Por outro lado, a internet também é responsável, muitas vezes, por multiplicar as informações sem compromisso metodológico, vulgarizar um tipo de memória sobre o passado baseada em identidades coletivas.

Analisar como os indígenas são representados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães citada a partir dos meios midiáticos é perceber a problemática histórica da representação do “outro”. Ao mesmo tempo em que se observa como as relações entre índios e não índios são historicamente produzidas e perpetuadas na memória de um povo. Essa memória coletiva é construída a partir de um conjunto de identificações e características sobre o que são e quem são os índios no Brasil. Esse processo passa pela identificação das diferenças e das semelhanças entre quem observa e que é observado.

A lei nº 11.645/2008 é importante na implementação de estudos sobre os povos indígenas. Deve-se enfatizar que não se trata dessas comunidades serem conduzidas por leis, mas reconhecidas pelas suas histórias. Entende-se que antes de qualquer lei, há processos específicos de cada grupo, tecidos por fios históricos cotidianamente e ao se aproximar dessa realidade oportunizaria a reelaboração do que se compreende da sociedade alagoana.

Segundo os PCN (2001, p. 135):

dizem respeito aos recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser os diferentes meios de comunicação (jornalismo impresso, rádio e televisão), os livros, os computadores, etc. (...). Os meios eletrônicos incluem as tecnologias mais tradicionais como rádio, televisão, gravação de áudio e vídeo, além de sistemas multimídias, redes telemáticas, robótica e outros.

Para Fonseca (2009), a prática pedagógica pode possibilitar a compreensão da história como uma construção de múltiplas leituras e interpretações de uma dada realidade. Nesse sentido, a sociedade aprende história nos diversos espaços. Na escola se produz conhecimentos específicos que busca ler, compreender e (re)escrever história, ou seja, têm como fonte de produção o conhecimento histórico.

Os PCN podem ser utilizados como apoio pedagógico nos planejamentos e na reflexão da prática educativa. Indicam que os estudantes devem ser instrumentalizados a posicionarem-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. Acrescenta-se as reivindicações devem fazer parte da vida social dos grupos.

Nas últimas décadas, os meios midiáticos foram úteis às pesquisas quantitativas, como a demografia histórica. Por meio deles, tornou-se possível manipular um grande número de fontes, sistematizá-las em banco de dados e partir disso, produzir gráficos, tabelas, percentuais que passaram a se constituir numa metodologia a mais para as interpretações historiográficas.

O professor avoca outras funções, nomeadamente, promover a pesquisa e a colaboração multidisciplinar. Tem um papel fundamental no incentivo dos alunos para a interação e o debate de ideias, propondo-lhe trabalhos e críticas reflexivas, promovendo simultaneidade de papéis.

A mudança de postura sobre a questão indígena passa também pela formação da/o profissional. É uma realidade dada a ler e só pode ser lida por aqueles que conseguem perceber. Em seus relatos mostrados anteriormente, os índios são tratados como “cultura” e não como “história”. São dois termos ou conceitos extremamente complexos para serem lançados sem maiores considerações ou distinções.

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos, ou seja, as pessoas envolvidas. Porque, por um lado, as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural (SAHLINS, 1995, p. 7).

3 AS TIC NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

A internet está repleta de sites e informações históricas questionáveis, blogs que perpetuam memórias, distorcem informações históricas. O estudo do conteúdo disponível na internet pode oferecer amplas possibilidades para a discussão da memória coletiva entre eles estão as comunidades indígenas, o desafio diante dessas múltiplas possibilidades de uso não parece ser a interdição da utilização. Pelo contrário, a internet, revela-se cada vez mais um

elemento incontornável na vida das pessoas. O ensino de História pode se beneficiar na medida que pode contribuir com alunos, professores a se selecionar e a distinguir as fontes das quais foram extraídas suas informações e fazer com que os meios midiáticos se constitua num recurso didático e pedagógico a mais na medida que fornece, com uma rapidez inigualável, varias possibilidades de leitura.

O professor deve aprender a ler e a escrever as diferentes linguagens, e as diversas técnicas de informação e de comunicação, assim como as distintas representações usadas nas diversas tecnologias.

Os meios midiáticos tornam-se uma fonte de pesquisa, servindo para perceber as mudanças e permanências, avanços e retrocessos referentes ao que se produz a respeito dos povos indígenas. Como essa produção atua no imaginário através da aplicabilidade da Lei nº 11.645/2008. Então, é legítima a possibilidade que provavelmente este material esteja inserido em discussões a nível nacional. Uma delas envolvendo a legitimidade da identidade indígena e os direitos a eles pertencentes perante a sociedade e o estado e seus membros institucionalizados. Almeida (2010) lembra que as políticas por esses direitos envolvem disputas sobre suas classificações étnicas. Ser ou não ser índio implica ganhar ou perder direitos e isso não acontece apenas em nossos dias.

Foi pensando na temática indígena na sala de aula que realizamos no mês de agosto no ano de 2015 uma **Semana para discutir os povos indígenas em Alagoas** em que foi possível realizar atividades pedagógicas como tentativa de desconstruir a ideia veiculada sobre esses povos sempre no passado.

Antes do planejamento para realizar a semana dos povos indígenas observamos o que as/os alunos entendiam sobre a temática indígena. Elas/es trouxeram recortes de imagens representando os indígenas e montamos um quadro mostrando as mudanças e permanências, algumas turmas realizaram a produção de vídeos sobre o que pensavam sobre as populações indígenas.

Foto 1- Montando o quadro comparativo com as imagens que eles trouxeram sobre os povos Indígenas



No trabalho com as imagens em sala de aula os alunos pesquisaram na internet e trouxeram recortes de livros mostrando como os povos indígenas no Brasil vivem atualmente. Foi uma produção livre que refletiu em contradições quando se busca concretizar esse índio, propondo que se enfoquem com as imagens dos índios de Alagoas.

Os alunos trouxeram vídeos de índios que viviam na época da colonização, mostrando que a mídia ainda faz uma análise e não mostra como os índios vivem atualmente e quando mostram relaciona a uma imagem preconceituosa. Nas discussões com as imagens pesquisadas, se fez maior uso automático das informações que são vinculadas. É o que podemos destacar na fala produzida por um dos alunos na semana para discutir os povos indígenas de Alagoas

Como eu vejo o índio? Eu vejo o índio como uma pessoa que mora em uma oca, vive da caça e da pesca, usa arco e flecha e come raízes, porém alguns colhem a sua comida e outros não.
(Aluno A)

Nessa primeira etapa foi percebido que o arco e a flecha são objetos constantes atribuídos aos índios do outro lado é comum a idealização por parte dos alunos.

Foto 2- Apresentação de vídeos referente à Temática Indígena na Escola



Fonte: Acervo da autora.

Os vídeos explorados foram os do site Índio Educa <http://www.indioeduca.org/> que é organizado por indígenas estudantes universitários de diferentes etnias, que disponibiliza vários conteúdos sobre a história, expressões socioculturais e informações atualizadas, por meio de fotos, dos vídeos e notícias. Outro site em que foram encontrados vídeos foi o blog tema indígena mantido por Kalna Teao <http://temaindigena.blogspot.com.br/>, doutoranda em História pela UFF/ RJ, destinado à difusão da temática indígena em seus vários aspectos culturais, históricos, socioeconômico e político, porém um dos filmes que chamou a atenção

dos alunos foram: A missão e as caravelas passam em que relata uma comparação de como viviam os povos indígenas.

Outros materiais foram trabalhados, como as curtas metragens, atividades com data show e fotografias dos povos indígenas atuais. Discutimos sobre os indígenas na história no Brasil e em Alagoas buscando compreender porque o silêncio e desconhecimentos sobre essas populações. A ideia foi entender os índios em Alagoas com seus processos históricos gerais e específicos e que não vivem mais como há 500 anos e que nem por isso deixam de ser índio e de viver e preservar a sua cultura.

A temática indígena precisa ser implementada com pesquisas, pois não pode ficar restrito a algumas aulas de história, deve ser tema interdisciplinar. Para um dos alunos os povos indígenas foram e são importantes na construção da História do Brasil e entender a cultura indígena, é reconhecer a própria cultura, pois, a presença deste tema possibilita que seja mostrada como realmente ela é, indo de encontro com a visão europeia que muitos livros didáticos ainda trazem.

Foto 3- Debate com os alunos referente à temática Indígena na Escola



Fonte: Acervo da autora.

Foi discutido o que é ser índio hoje, quais são os seus direitos, deveres e porque é preciso entender que vivem na sociedade brasileira e para existirem necessitam das mesmas condições que qualquer brasileiro: tem direito a escola, a saúde, a moradia, trabalho, lazer e a ser indígenas.

Neste sentido, as TIC foram de fundamental importância para a construção do conhecimento não é mais possível negar que as novas tecnologias estão presentes nas experiências diárias dos indivíduos e a escola não pode ficar a margem dessas vivências. Esta deve, definitivamente, superar uma estrutura firmada na transmissão da informação por parte do professor, na atitude passiva do aluno e na utilização das tecnologias como ferramentas auxiliares. E assim, se firmar como espaço interativo no qual os sujeitos permaneçam em constantes trocas de saberes e de papéis nos processos comunicacionais. Espaços interativos não exigem obrigatoriamente a presença marcante das TIC, mas estas certamente potencializam a interatividade que se constitui como um dos componentes do fenômeno cognitivo, sendo indispensável na construção do projeto de intervenção para que ele pudesse ser realizado.

A escola deve se integrar ao cenário que vem sendo construído pelas TIC e tornar-se um espaço educacional, no qual sejam estabelecidas redes de relações que proporcionem múltiplas possibilidades de trocas, interações, construções coletivas, enfim, aprendizagens reais, verdadeiras e significativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que constitui este artigo foi construído a partir do questionamento de que maneira as TIC tem possibilitado o trabalho a frente da lei nº 11.645/2008, para que a temática indígena seja inserida no currículo escolar e no cotidiano dos alunos.

As TIC multiplicaram enormemente as possibilidades de pesquisa de informação e os equipamentos interativos e multimídia vieram colocar à disposição dos alunos um manancial inesgotável de informações. Munidos destes novos instrumentos, os alunos podem tornar-se “exploradores” ativos do mundo que os envolve. Os professores devem ensinar os alunos a avaliarem e gerirem na prática, a informação que lhes chega. Este processo revela-se muito mais próximo da vida real do que os métodos tradicionais de transmissão do saber.

Compreender a história indígena é reconhecer suas histórias, suas culturas, também, o que não quer dizer pintar e vestir crianças com penas na semana do 19 de abril. Reconhecer requer uma reelaboração nas formas de pensar a sociedade brasileira como um todo. É possibilitar escovar a história a contrapelo, é de certo modo, implodir o contínuo da história ou pelo menos do ensino, para que se possa construir algo novo. Não sobre eles, mas com os indígenas.

Nesse sentido, a escola como instituição, por meio de suas práticas, valores e conhecimentos, contribui para a reprodução das desigualdades na sociedade de classes em que vivemos. Partindo dessa crítica é necessário pensar sobre o que é prioridade na educação e se a escola deve continuar com práticas que fomentam o individualismo, porém de nada adianta se os professores/as na condição na condição de intelectuais constroem as ideias dos indígenas se utilizando de instrumentos didáticos e pedagógicos. É preciso fazer um investimento na produção de subsídios didáticos que possa corresponder à realidade do tempo presente das populações indígenas no Brasil.

Neste artigo foi possível perceber as dificuldades apresentadas pelos alunos na construção de identidades diferenciadas, que se tornam mais contraditórias ainda pois os estereótipos criados a partir das discussões em sala de aula mostra quais os caminhos que devem ser tomados a partir das discussões vivenciadas em sala de aula no momento do Projeto de intervenção.

Nesse sentido, poderíamos elencar muitos motivos que justifica a inclusão do debate sobre a diversidade étnico-racial nas escolas de educação básica, todavia, pensamos em dois motivos que a nosso ver tem grande relevância: primeiro, se a escola hoje é pensada também como locus de formação dos valores humanísticos, éticos, sociais e políticos, é seu dever contribuir para o fim de qualquer tipo de preconceito e discriminação de ordem étnica ou racial; o segundo motivo reside na obrigatoriedade expressa nos documentos no âmbito nacional e internacional que propõem a coibição de práticas educativas discriminatórias, ou iludir a comportamentos semelhantes.

Possivelmente essas discussões tenham sido levantadas por pesquisadores, que por meio de lutas, movimentos e reivindicações viriam a influenciar nos trâmites legais tratando das questões educativas escolarizadas. Nesse sentido, em 2008 foi promulgada a lei nº 11.645, de 10 março de 2008 que alterou a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática

História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. O desafio é como inserir no currículo escolar e no cotidiano de professores/as e estudantes o que está previsto em lei. Contudo, deve-se compreender a formação e os conhecimentos dos professores/as sobre a realidade étnico-racial como elementos de ordem necessária a discussão.

E neste desafio também estão inseridas as TIC discutir e propor alternativas que possibilitem as condições para o acesso desses bens, socialmente produzidos, ao maior

número de pessoas. As TIC promovem novas formas de sociabilidade e instituem um novo estatuto do saber.

Pensar a Educação requer um olhar crítico sobre alguns fatores determinantes no processo de ensinar e aprender. O professor precisa aperfeiçoar continuamente sua prática docente e se habilitar para o uso dos diversos instrumentos modernos. A escola deve acompanhar as mudanças decorrentes do mundo contemporâneo e se equipar para atender as exigências da modernidade. Neste estudo, algumas reflexões foram feitas, e procurou-se compreender a maneira como os professores estão lidando com as mudanças advindas da presença dos recursos tecnológicos na escola, a partir do seu fazer pedagógico, analisando as formas e condições concretas e efetivas do trabalho educativo.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Maria R. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 12 nov 2015.

_____. **Lei nº 11.645**, de 11 de março de 2008. *Estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para incluir no currículo oficial o ensino da História das Culturas afro-brasileiras e indígenas*. Publicado no DOU de 11/03/2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 12 nov 2015.

BITTENCOURT, Circe M. Identidade nacional, ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo, Contexto, 2010.

FERREIRA, Gilberto G. **A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas**. Maceió, UFAL, 2009. (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira).

FONSECA Guimarães. **Fazer e ensinar História/Selva**. Belo Horizonte, Dimensão, 2009, p.78.

ÍNDIO EDUCA. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/>. Acesso em 15/11/2015.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. 3.ed. MEC: Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretária, 2001.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da P. (Orgs.). **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei nº11.645/2008**. Recife: Edufpe, 2013.

SCHMIDT, Maria A.; CAINELLI, Marlene, R. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

TEMA INDÍGENA. Disponível em: <http://temaindigena.blogspot.com.br/> Acesso em: 15 nov 2015.